

OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO DE POVO NOVO - RIO GRANDE- RS

NODA, Diego¹; SALAMONI, Giancarla²

¹Universidade Federal de Pelotas – Acadêmico do curso de Licenciatura em Geografia. diegonoda@hotmail.com; ²Universidade Federal de Pelotas – Professora Doutora do Departamento de Geografia. gi.salamoni@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca dos desafios e das perspectivas para a agricultura familiar no Distrito de Povo Novo, município de Rio Grande, apontando aspectos significativos no que diz respeito ao processo de formação do espaço agrário no recorte espacial e as formas de organização deste segmento no contexto do agro nacional. Pretende-se a partir do referencial teórico e da análise e interpretação dos dados e informações primárias, coletadas junto às famílias rurais, esclarecer alguns dos motivos que levaram ao enfraquecimento da agricultura familiar no distrito, bem como, os desafios que se apresentam para a manutenção deste sistema de produção. Por fim, serão apontadas algumas das perspectivas para as atividades agrícolas nas unidades familiares e as principais fontes de renda que podem contribuir na manutenção das famílias no espaço rural.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A metodologia usada para a construção deste trabalho baseia-se em revisão bibliográfica em livros, revistas e trabalhos acadêmicos que tratam a cerca do tema proposto. Como este artigo refere-se a parte da monografia de conclusão de curso em Geografia, ainda em andamento, a pesquisa de campo será realizada em etapa posterior. Assim, a partir das leituras e de pesquisa empírica exploratória será apresentada uma reflexão sobre a organização espacial da agricultura familiar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O atual distrito do Povo Novo, localizado no município de Rio Grande, teve como característica marcante no seu processo de formação histórica a presença significativa da agricultura familiar, relacionada às primeiras famílias de origem açoriana que chegaram ao local entre 1740 e 1750 vindas do Arquipélago português, principalmente da ilha da Madeira. Os primeiros colonizadores açorianos aportaram pela Lagoa dos Patos em 1742, nas localidades da Ilha dos Marinheiros e da Ilha da Torotama e, pouco tempo depois, começaram a formar uma nova povoação cerca de duas léguas distantes da Ilha da Torotama onde estavam estabelecidos. O local era geograficamente favorável para a formação de um novo povoado, pois se encontrava no caminho entre a Ilha e a Freguesia do Rio Grande de São Pedro, onde os colonos podiam conciliar suas atividades entre a lavoura, a pesca e a criação de gado. Surge, então, a localidade de Povo Novo, em 1784, local onde foi edificada a igreja, iniciando assim o processo de formação da estalagem e que passa a Freguesia sob invocação de Nossa Senhora das Necessidades, em 1885. Como observa Fontoura:

Apresenta a fisionomia típica dos povoados nascentes. No centro o logradouro público. Numa das faces deste a igreja e ao lado o cemitério. Nas

outras as casas largas (...). Em cada canto marcado por uma dessas casas de comércio características da nossa campanha (...). (FONTOURA, 1935, p. 10)

A forma histórica de organização do espaço agrário local e que garantiu o sustento das famílias existe ainda hoje, embora com menor intensidade, basicamente destaca-se o cultivo da cebola e de hortifrutigranjeiros para comercialização e para o autoconsumo. Tais produtos já tiveram maior expressividade no que diz respeito à produção para o mercado. A partir das conversas informais com os produtores familiares pode-se observar que essa mudança de configuração deve-se, em parte, ao momento histórico que vive a metade sul do estado, principalmente no que diz respeito aos investimentos no pólo naval e demais ramos da indústria no município de Rio Grande. Esses fatores exercem um papel econômico de atrativo para a população rural, capaz de transferir a população do campo para as oportunidades de emprego na cidade, principalmente, entre os jovens. Esse fato vem fazendo com que as ocupações em atividades relacionadas à agricultura vêm diminuindo na localidade do Povo Novo.

Diante da realidade apresentada é necessário entender como a agricultura familiar se organiza no contexto do espaço agrário de um modo geral. Nesse sentido, identificam-se algumas características que a diferencia de outras formas de organização socioespacial no rural brasileiro, ou seja, na agricultura familiar existe uma relação direta entre os elementos terra, trabalho e família, pois o dono da propriedade é ao mesmo tempo o trabalhador e o gestor da sua unidade de produção. Outra característica que se pode observar é a utilização de práticas tradicionais na produção, como por exemplo, o uso da força animal combinada com força mecânica e, ainda, a participação direta da família no trato com a terra, com os cultivos e com o criatório animal, entre outros. Segundo Borges(2005),

A agricultura familiar representa um modelo produtivo que tem uma forma e uma delimitação própria. Referindo-se principalmente às pequenas unidades de produção, descreve-se o produtor familiar como um personagem híbrido, que acumula uma tríplice identidade composta pelo proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. (BORGES, 2005, p. 18)

Portanto, a produção familiar é aquela em que o agricultor ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo produzir tanto para o autoprovisionamento da família quanto para o mercado. Nas unidades familiares pode-se perceber ainda a presença da diversificação agrícola, o que, de certa forma, representa uma estratégia adotada pela família, que tem na combinação com a criação de animais sua alternativa de fertilização dos solos e melhoria na produtividade dos cultivos, possibilitando o uso de práticas sustentáveis de cuidado com a terra.(ASSAD e ALMEIDA, 2004)

Em abordagem preliminar, realizada a partir as visitas às famílias de agricultores, verificou-se que uma das grandes dificuldades encontradas pelos produtores é a falta de articulação sindical e de associativismo, além da assistência técnica inexistente e crédito agrícola para os agricultores familiares.

Existem, ainda, outros dilemas em relação aos interesses antagônicos entre agronegócio e agricultura familiar, existente no distrito, pois a falta de mercado – uma das preocupações dos agricultores previamente entrevistados – se deve basicamente aos interesses que estão em jogo nas disputas que envolvem o poder

econômico, pois os financiamentos e os benefícios são muito mais acessíveis para a agricultura patronal do que para a agricultura familiar. Com isso, esta última encontra-se fragilizada técnica e economicamente, e, muitas vezes, a propriedade acaba sendo vendida aos empresários rurais do agronegócio. Esse processo tem provocado a concentração na estrutura fundiária do distrito de Povo Novo.

Outro desafio que surge para o agricultor familiar da localidade, principalmente na cultura da cebola, principal fonte de renda para muitas famílias residentes no distrito, é a exigência do mercado em relação a variedade do produto e um acirramento dos critérios de classificação da qualidade, causando grandes impactos na produção e da mesma forma ao ambiente, pois sem alternativas que possam ser sustentáveis em relação ao cuidado da terra e ao controle de pragas, o produtor recorre ao uso de agrotóxicos ou “biocidas”, que exterminam as pragas e aparentemente dão maior qualidade ao produto, porém, na verdade, contaminam a terra e os alimentos que vão para as mesas dos consumidores.

Surge, portanto, como perspectiva para os agricultores familiares do distrito de Povo Novo, a promoção de sistemas sustentáveis de produção, que busque culturas que se adaptem ao ambiente de forma a não precisar do uso de insumos químicos. Isso poderá diminuir os custos da produção, garantindo a economia da cadeia produtiva, bem como, a qualidade do produto e a geração de renda para o trabalhador rural, dispondo de condições dignas de trabalho e remuneração adequada, diante de sua importância no processo produtivo e social. Para Souza (2004),

A proposta de agricultura sustentável contempla os conhecimentos empíricos dos agricultores, acumulados através de muitas gerações, ao conhecimento científico atual para que, em conjunto, técnicos e agricultores possam fazer uma agricultura com padrões ecológicos (respeito a natureza), econômicos (eficiência distributiva) e com sustentabilidade a longo prazo. (SOUSA, 2004, p. 23)

Diante disso, é possível afirmar a importância da agricultura familiar, no sentido da construção de novas relações sociais e de produção no rural brasileiro, principalmente, na questão da produção de alimentos tanto para o campo quanto para a cidade. Portanto, podem-se sintetizar tais contribuições afirmando que os princípios da agricultura familiar sustentável requerem, acima de tudo, assegurar que os frutos sejam repartidos de forma igualitária entre a população, ampliando os mercados agrícolas especialmente aqueles da demanda interna, para assim contribuir para o desenvolvimento no seu sentido mais amplo. Ainda, visando à proteção e o respeito a natureza.

4 CONCLUSÃO

A partir do contato direto com os agricultores familiares e da fundamentação teórica pode-se afirmar que a organização social, técnica e de produção das unidades familiares apresenta-se como lócus adequado para a receber as propostas de agricultura sustentável, baseada em práticas e técnicas que atendam os objetivos de produzir alimentos de qualidade e em quantidade necessária para abastecer o mercado interno. Existe, no entanto, dentro do modo de produção capitalista, um jogo de forças que a envolve nas questões sociais, políticas

e econômicas, ou seja, o desenvolvimento e permanência da agricultura familiar depende de outros fatores do sistema, conforme tratam os autores:

É crescente o reconhecimento de que, mesmo no extrato de agricultores considerados como agricultores familiares, a agricultura não é mais vista como uma atividade autônoma completamente dissociada de demandas externas, sejam impostas por mercados locais, sejam pela conjuntura estruturada em torno do grande agronegócio. (ASSAD e ALMEIDA, 2004, p. 5)

Assim, a agricultura familiar deve ser tratada como uma categoria analítica importante nos estudos sobre o rural, mas, também deve ser entendida como uma expressão empírica na qual a relação entre produção e trabalho tem como eixo principal e constituinte a família, englobando assim a chamada agricultura de subsistência. É preciso, portanto, garantir as condições para a manutenção deste sistema socioprodutivo que, desde o Brasil Colônia, vem assegurando o abastecimento interno do país.

5 REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: UNB, 2007.

ASSAD, M.L.; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, n.29, p.15-30, 2004.

BORGES, Maria Antonieta M. **Agricultura Familiar e a Pluriatividade: uma estratégia de sustentabilidade nas localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º distrito – Rio grande – RS**. Universidade Federal de Pelotas: 2005. (Monografia de Graduação)

SOUSA, Angelita Ferreira. **Produção familiar e agroecologia: uma experiência de agricultura orgânica no município do Rio Grande – RS**. Universidade Federal de Pelotas, 2004. (Monografia de Graduação)

TONNEAU, J. P; SABOURIN, E. (org.) **Agricultura Familiar: interrelação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.